

Roteiro Para a Colêta de Dados Sôbre Fontes Para Estudo da História da Educação no Brasil

ORGANIZADO PELO SERVIÇO DE BIBLIOGRAFIA DO I.N.E.P. — D. FEDERAL

O principal problema no estudo da História da Educação está na coordenação de suficiente material histórico que permita depreender da rede complexa de fatos, iniciativas e reformas, o movimento de idéias e os fenômenos mais significativos que dominaram a educação nos diversos estágios de seu desenvolvimento.

A abundância de documentos impressos vem, desde o século XVI, exigindo a adoção de um método para registro e classificação dos mesmos: a **bibliografia**, que compreende a pesquisa, identificação, descrição e classificação de documentos, tendo em vista fornecer um instrumento destinado a facilitar o trabalho intelectual.

Partindo dessas considerações é que o Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos se acha empenhado no levantamento da bibliografia da história da educação no Brasil, procurando interessar pesquisadores de todo o país nessa tarefa.

Esse trabalho visa a tornar acessível aos historiadores da educação a indicação de fontes que possibilitem, por um esforço conjunto, recompor o quadro das origens e da evolução dos princípios fundamentais que presidiram a organização do sistema escolar brasileiro através dos tempos, dando, assim, base para fixar as tendências da moderna educação brasileira.

A Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos Publicará o resultado desse trabalho, oferecendo, como auxílio e orientação, as normas abaixo transcritas, inspiradas no propósito de metodizar as investigações e uniformizar a apresentação do material levantado.

A fim de que as fontes coligidas possam servir, mediante posterior classificação e análise por parte dos estudiosos, à realização dos objetivos acima delineados, deverá o pesquisador focalizar, no âmbito regional:

- 1) Com referência a obras gerais, o registro de obras básicas, de cunho histórico e sociológico, uma vez que a educação de um povo não constitui um fato isolado, integrando-se num processo social genérico.
- 2) Com referência à bibliografia pedagógica, o arrolamento de estudos de educação que retratam a evolução do pensamento pedagógico brasileiro.
- 3) Com referência a biografias, a indicação de fontes que levem ao estudo da ação e do esforço dos grandes educadores sobre o desenvolvimento do pensamento pedagógico e das bases de sua concepção educativa.
- 4) Com referência à evolução dos sistemas públicos de ensino, ter em vista a reunião de dados que possibilitem reconstruir as linhas básicas de sua organização e expansão através das diversas épocas, desde a forma fragmentária de que se revestiu, até as tendências de estruturação orgânica de nossos dias. Neste aspecto, devem merecer consideração especial.
 - a) Levantamento e coordenação da legislação escolar, de modo a possibilitar a apreciação do desenvolvimento da política educacional brasileira. Neste particular, salienta-se o

registro das reformas de ensino e de fontes que sirvam de base ao estudo das idéias que as inspiraram e dos movimentos de opinião que promoveram.

- b) Registro das estatísticas escolares, para fixação dos índices do desenvolvimento do ensino em seus vários aspectos, de estatísticas e econômicas, para estudo comparativo entre os índices que apresentem e os já citados.
- c) Registro de dados sobre o financiamento da educação.
- d) Registro de dados sobre o desenvolvimento dos serviços técnicos e administrativos.
- e) Registro de dados sobre a evolução do ensino geral ou comum, dos ensinos especializados, do ensino emendativo e supletivo, visando, principalmente, às referências sobre a conjuntura econômica e político-social que lhes determinaram a origem e direção; os objetivos e planos gerais, os métodos e processos aplicados; a história das instituições educativas tradicionais do Estado, nos seus vários aspectos de organização interna.

Para maiores informações e para entendimentos quanto a detalhes do trabalho e à maneira das pesquisas, os interessados devem manter contato com o INEP, pelo seu Centro de Documentação Pedagógica.

NORMAS PARA BIBLIOGRAFIAS REGIONAIS

O material informativo da História da Educação no Brasil está disperso por toda a sorte de publicações. Apenas uma parte mínima consiste de trabalhos específicos. De modo que é a sua própria natureza que indica o método de trabalho para a coleta e organização da bibliografia: a leitura das fontes históricas e a anotação das informações que elas contiverem. Por esta razão, a discriminação das fontes de consulta em principais e acessórias, abaixo indicada, embora seja de certo modo forçada, impõe-se no sentido de levar o pesquisador a levantar num espaço de tempo razoável, partindo tanto quanto possível das fontes específicas de educação, referências básicas aos principais aspectos da evolução histórica da educação no Brasil.

Fontes principais:

Consideram-se fontes principais as que tratam especialmente do assunto, na íntegra ou parcialmente, neste último caso em partes caracterizadas e delimitadas.

- 1) Obras especiais de História da Educação, gerais e regionais: livros, estudos, monografias, etc.
- 2) Relatórios, anuários, memórias, etc. referentes a instituições do ensino.
- 3) Fontes oficiais:
 - a) Legislação do ensino, abrangendo cartas constitucionais, leis, regulamentos, portarias, ordens, etc.

- b) Documentos governamentais: Falas, mensagens, etc.
- c) Documentos parlamentares: Projetos, discussões, etc.
- d) Estatística da educação: população escolar, movimento escolar (matrícula, frequência, aprovações, conclusões de curso, rede escolar, corpo docente).
- e) Congressos e conferências de educação: atas, anais, etc.
- f) Relatórios de autoridades educacionais, diretores de instituições oficiais, etc.

4) Fontes não oficiais:

- a) Obras contemporâneas dos acontecimentos, tratando direta e especialmente do assunto: relatos, memórias, correspondências particulares, diários, auto-biografias, biografias, crônicas, livros de viajantes (nacionais ou estrangeiros), etc.
- b) Obras gerais de História, tratando de assuntos educacionais em capítulos específicos: tratados de história, anais, revistas e publicações avulsas de Institutos Históricos, monografias regionais ou municipais (históricas).

Fontes acessórias:

As fontes acessórias serão utilizadas não só para completar informações obtidas através da consulta às fontes específicas de educação, como também, principalmente com referência a períodos mais remotos, pela inexistência de documentos tratando direta e especialmente do assunto, como único recurso para reconstrução do desenvolvimento histórico da educação nesses períodos.

Considerando com o Prof. Lourenço Filho "que a educação não se pode separar do contexto social que lhe dá origem, infunde-lhe as energias de crescimento, e, afinal, todo o significado, compreende-se a contribuição que o estudo de obras de valor sobre a formação política, social e religiosa de um povo pode trazer à compreensão dos seus assuntos educacionais.

Enquadram-se nesse grupo:

- 1) Fontes oficiais: Peças de arquivo: relatórios gerais, discursos, registros de igrejas, registros de nascimento, obituários, etc.
- 2) Fontes não oficiais:
 - a) Obras contemporâneas dos acontecimentos, não tratando nem direta nem especialmente do assunto, mas fornecendo sobre ele ensinamentos úteis: escritos políticos, panfletos, jornais, revistas, almanaques, volumes comemorativos (nacionais, da Capital, dos Estados e dos Municípios), etc.
 - b) Obras gerais de história e de sociologia: tratados de história, documentos históricos, revista de Institutos Históricos, monografias regionais ou municipais (históricas, geográficas ou sociológicas), estudos sociológicos, estudos de população, de imigração, etc.
 - c) Obras literárias em geral: romances, contos, poemas, memórias, etc. (O Ateneu, romances de Macedo, Alencar, Machado, Aluísio de Azevedo, etc.).

NORMAS PARA A COLETA DE MATERIAL E REDAÇÃO DAS FICHAS

Normas para catalogação

A forma de pesquisa dos elementos de uma ficha bibliográfica nos é dada por dois códigos de catalogação, universalmente conhecidos, o "A.L.A.

Agosto de 1957

Catalog Nules" e o "Norme per il Catalogo degli Stampati" da Biblioteca Vaticana. de acordo com qualquer desses dois códigos, a ficha bibliográfica deve ser constituída de:

- | | | |
|-----------|-------------|------------|
| a) Autor | c) Edição | e) Coleção |
| b) Título | d) Imprensa | f) Série |

quando se trata de livro, e

- | | | |
|--------------|--------------|------------|
| a) Autor | c) Título do | e) Coleção |
| b) Título do | períodico | |
| artigo | d) Local | f) Data |

quando se tratar de periódico.

Livros

Autor — Pode ser individual ou coletivo, ou seja o primeiro representado por uma pessoa, o segundo por uma instituição.

- Ex.: 1) CAMPOS, Ernesto de Souza.
2) INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS PEDAGÓGICOS.

Nos trabalhos bibliográficos, dada a dificuldade de pesquisa do nome completo do autor que demanda processo demorado na catalogação, deve ser excluída a indicação das datas de nascimento e morte, utilizadas nos catálogos das bibliotecas.

Entrada — Em regra geral, o nome brasileiro deve ser entrado na ficha pelo **último sobrenome**: Bevilacqua, Clovis.

O nome patronímico brasileiro pode ser simples ou formado por dois ou, às vezes, mais sobrenomes. Da dificuldade de se estabelecer qual o nome principal do autor é que se adotou esta regra empírica do último sobrenome.

No tocante a nomes próprios, só a tradição literária pode consagrar o autor com tal ou qual sobrenome e muitas vezes o uso local modifica contra a sua vontade. Apenas por estes dois últimos fatos a regra tem que sofrer restrições, fazendo-se exceções para os seguintes casos:

1. Pelo sobrenome **simples** conhecido, com omissão de outros desconhecidos.
Nabuco, Joaquim e não Araújo, Joaquim Aurélio Barreto Nabuco de
2. Pelo sobrenome **composto** conhecido, com omissão de outros desconhecidos
Lins do Rego, José e não Cavalcanti, José Lins do Rego.
3. Pelo **prenome** com omissão de sobrenome desconhecido:
Ricardo, Cassiano e não Leite, Cassiano Ricardo.
4. Pelo sobrenome composto **ligado por hífen** (muito raro no Brasil):
Roquete-Pinto Edgar.
5. Pelo sobrenome composto que constitua uma só **expressão**:
Porto Alegre, Manuel de Araújo.
6. Pelo sobrenome composto cujo último nome seja **substantivo** raramente empregado como nome próprio:
Ex.: Torres **Homem**, Francisco de Sales.
7. Pelo sobrenome composto, em determinados casos e de forma muito restrita, depois de se estabelecer definitivamente a forma conhecida:

Ex.: Oliveira Lima, Manuel

8. Quando fôr mais conhecido pelo pseudônimo do que pelo próprio nome:

Guimarães, Alphonsus, pseud. de Afonso Henriques da Costa Guimarães

9. Pelo **título nobiliárquico** quando fôr mais conhecido:

Rio Branco, José Maria da Silva Paranhos, barão do

10. As expressões Filho, Junior, Sobrinho e Neto **fazem parte integrante do sobrenome**:

França Junior, Joaquim José
Coelho Neto, Henrique Maximiano
Serra Sobrinho, Joaquim Maria
Otavio Filho, Rodrigo;

11. Quando o autor tiver mais de um prenome e fôr mais conhecido pelo segundo prenome, deve ser omitido o primeiro, na entrada, para facilitar a procura dentro da ordem alfabética.

Ex.: Peixoto, Afranio e não
Peixoto, Julio Afranio.

Estabelecida a entrada do autor, passa êle a figurar na ficha em primeiro lugar. Para facilidade de alfabetação aconselhamos a grafia simplificada, a fim de evitar confusão. Em trabalhos bibliográficos, êste método é essencial. Todos os Melo, os Matos, os Souza são encontrados de uma mesma maneira e evita-se o trabalho de mais de uma pesquisa.

A entrada do autor, primeiro elemento da ficha bibliográfica, deve ser feita, portanto, em regra geral, pelo **último** sobrenome, grafada de forma simplificada, e em caracteres **maiusculos**, para efeito tipográfico. Ex.: BARROSO, Gustavo.

Entrada coletiva — No caso de ser o autor uma instituição oficial nacional, deve ser excluída na entrada a palavra **Brasil**, usada nos catálogos das bibliotecas, de acôrdo com as normas usuais de catalogação, visto tratar-se de bibliografia referente a trabalhos brasileiros, no caso de ser o autor uma instituição oficial regional, deve ser colocada antes do nome da instituição a palavra correspondente ao **Estado**:

Ex.: MINISTÉRIO da Educação e Cultura e não Brasil. Ministério da Educação e Cultura.
BAHIA. Arquivo Público e não Arquivo Público da Bahia.

A primeira palavra do nome da instituição ou do nome do Estado deve ser grafada em caracteres maiusculos para efeito tipográfico.

Título — O segundo elemento da ficha bibliográfica o **título** — deve figurar em seguida ao nome do autor, separado por ponto, e transcrito como está indicado na folha-de-rosto da obra analisada.

Quando houver subtítulo e fôr êle considerado necessário como explicativo ou suplementar ao título, deve ser incluído.

Ex.: MENDES, Amando. Vocabulário amazônico: estudos.

A indicação do prefaciador, tradutor, ilustrador, será dada quando necessário, em seguida ao título, de forma abreviada, e separada por ponto e vírgula.

Ex.: CLAPARÊDE, Ed. Psicologia da criança, trad. de Turiano Pereira e Aires da Mata Machado Filho; pref. de Helena Antipoff.

Edição — A edição será indicada em algarismos e abreviada com um ponto para fins tipográficos.

Ex.: BARROSO, Caxias, 2. ed.^a

Imprenta — Considera-se imprenta os três últimos elementos da folha-de-rosto que são o local, o editor e a data da publicação. Devem ser incluídos a seguir, na ficha bibliográfica, separadas entre si por vírgulas.

Ex.: BARROSO, Gustavo. Caxias, 2.^a ed. Rio de Janeiro, Agir, 1953.

Quando êstes elementos forem omissos, usar-se-á a indicação de s. l. para **sem lugar**, s. ed. para **sem editor**, s. d. para **sem data**.

Colação — Chama-se assim o conjunto de elementos indicativos de paginação, ilustração, formatação. Devem ser colocados na ficha bibliográfica, em seguida à imprensa, separados por ponto.

E.: BARROSO, Gustavo. Caxias, 2.^a ed. Rio de Janeiro, Agir, 1953. 40 p. 19cm.

A indicação do formato pode ser omitida na bibliografia. Ela é empregada na ficha do catálogo da biblioteca com o fim de melhor identificar, pelo seu aspecto, o livro catalogado.

A colação, de um modo geral, deve ser simplificada o mais possível. Só deve ser exaustiva nas obras raras, onde todos os elementos são indispensáveis à sua identificação, como seja, nas obras de arte, a ilustração, nas de estatística, os gráficos; nas de geografia os mapas, nas biografias, os retratos, etc.

Série — A indicação da série deve vir em seguida à colação, entre parentesis.

E.: BARROSO, Gustavo. Caxias, 2. ed.^a Rio de Janeiro, Agir, 1953. 48 p. 19 cm. (Nossos grandes mortos, 5).

Ficha analítica — Quando se tratar de capítulo ou parte de uma obra, a indicação do título do capítulo ou parte deve preceder o título da obra, mencionando-se na colação o número do capítulo, quando houver, e o das páginas em que êle se contém.

E.: CALMON, Pedro. A sociedade. **História social do Brasil**. Rio de Janeiro, Ed. Nacional, 1937. Cap. 1:103-117.

(B.P.B. Brasileira, série 5, 40).

Periódicos

Na ficha bibliográfica correspondente ao artigo de um periódico, as indicações devem ser as mesmas, divergindo, apenas, quanto à indicação do **título do periódico**, e à **colação**.

O título do periódico deve ser colocado em seguida ao título do artigo analisado, separado por ponto, e grifado, para fins tipográficos.

Ex.: BITTENCOURT, Raul. A educação brasileira no Império e na República. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**. 19 (49): 41-75, 1953.

O local seguirá imediatamente ao título do periódico, separado por vírgula.

Ex.: THILL, Antonio. Em defesa do humanismo. **Verbum**, Rio de Janeiro.

Nos casos de arrolar a bibliografia grande número de periódicos, a indicação do lugar pode ser omitida, contanto que seja anexada no fim da bibliografia uma lista dos periódicos analisados com essa indicação.

A colação será indicada nos moldes universalmente conhecidos dos padrões ingleses e norte-americanos, que muito auxiliam a citação bibliográfica. Para uma revista apresentada em volumes e fascículos, a indicação referente ao volume será dada sempre em algarismos arábicos e grifados, para fins tipográficos; o número do fascículo, entre parentesis, e a paginação separada por dois pontos; em seguida a data.

Ex.: THILL, Antonio. Em defesa do humanismo. **Verbum**, Rio de Janeiro, 10 (1):105-16, 1953.

10 — corresponde a volume

(1) corresponde a número ou fascículo

:195-16 corresponde ao número de páginas.

No caso do artigo continuar em outro número da revista, as duas indicações serão ligadas por ponto e vírgula:

RICARDO, Aristides. Seleção profissional. **Boletim da CBAI**, 7(3):99-6; (4):1012-4, 1953.

7 — corresponde a volume

(3) — corresponde a número ou fascículo

:994-6 corresponde ao número das páginas
(4) corresponde ao número ou fascículo omitindo-se a indicação do volume, por se tratar do mesmo.

:1012-4 — corresponde ao número de páginas em continuação.

A indicação do título do periódico, quando não for abreviado, deve ser apresentada com as capitais maiúsculas, excetuando-se as partículas intercaladas.

Ex.: Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos.

Quando a entrada for feita pelo próprio título do periódico, o artigo inicial deve ser omitido, para fins de alfabetação.

Ex.: Observador Económico e não O Observador Económico.

Uso de maiúsculas — De modo geral, devem ser seguidas as normas estabelecidas nos códigos de catalogação. Em trabalhos bibliográficos, porém, julgamos conveniente que não só os nomes próprios relativos às pessoas físicas sejam escritos com capitais maiúsculas, mas também o das pessoas jurídicas, como por exemplo:

Assembléa Legislativa.

Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo

Imprensa Nacional.

REDAÇÃO DAS FICHAS

Resumos analíticos — Quando a bibliografia contiver resumos analíticos, no caso da bibliografia descritiva, devem esses resumos obedecer às sugestões dadas pela UNESCO no seu Guia para o preparo e publicação de resumos analíticos. Resumo breve e fiel, a sinopse deve mencionar toda informação, dado concreto, contribuição pessoal ou novos elementos de qualquer teoria, método, técnica, etc., que o trabalho contiver. Deve empregar frases completas, referindo-se ao autor na terceira pessoa, e evitando expressões pessoais. Deve capacitar o leitor a decidir mais do que pelo simples título do artigo, se este merece ser lido.

Ex.: BITTENCOURT, RAUL. A educação brasileira no Império e na República. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, 19 (49):41-75, 1953.

Ensaio sobre a evolução do sistema educacional brasileiro, caracterizando a educação dentro de cada um dos períodos de nossa formação histórica.

BIBLIOGRAFIA SUMÁRIA DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO NO BRASIL

Apresentamos aqui na lista de obras relacionadas com o problema da história da educação no Brasil.

Trata-se de uma bibliografia sumária, compreendendo apenas obras gerais, e visa apenas a servir de ponto de partida aos investigadores.

- ALMEIDA, Antonio Figueira de. *História do ensino secundário no Brasil*. Rio de Janeiro, Liv. Jacinto, 1936. 175p.
- ALVES, Raul. *Esbôço histórico e crítico geral da educação*. Rio de Janeiro, Pongetti, 1929. 190p.
- AZEVEDO, Fernando de A. *Cultura brasileira*. 2.^a ed. São Paulo, Ed. Nacional, 1944. 457p.
- AZEVEDO, Fernando de. *A educação pública em São Paulo*. São Paulo, Ed. Nacional, 1937. 457p.
- AZEVEDO, Fernando de. *Novos caminhos e novos fins: a nova política de educação no Brasil*. São Paulo, Ed. Nacional, 1931. 268p.

BARBOSA, Januário da Cunha. *Plano nacional de educação*. Rio de Janeiro, Tip. do Imperial Instituto Artístico, 1874. S.P.

BARROSO, José Liberato. *A instrução pública no Brasil*. Rio de Janeiro, Garnier, 1867. 267p.

BEVILAQUA, Clovis. *História da Faculdade de Direito de Recife*. (11 de agosto de 1827) Rio de Janeiro, Francisco Alves, 1927. s.p.

BRANDÃO, Teixeira. *A educação nacional no regime republicano*. Rio de Janeiro, Imp. Nacional, 1907. 118p.

CALMON, Pedro A. *Sociedade. História Social do Brasil*. Rio de Janeiro, Ed. Nacional, 1937. Cap. 1.^o:103-117. (B.P.B. Brasileira, série 5, 49).

CALOGERAS, J. P. *Os jesuítas e o ensino*. Rio de Janeiro, Imp. Nacional, 1911. 66p.

CÂMARA dos Deputados. *Reforma do ensino e várias instituições complementares da instrução pública; parecer e projeto da Comissão de instrução pública composta dos deputados, Rui Barbosa, Tomas do Bomfim Spinola e Ulisses Machado Pereira Viana; relator, Rui Barbosa*. Rio de Janeiro, Tip. Nacional, 1883. 378p. illus.

CAMPOS, Ernesto de Souza. *O ensino superior no Brasil*. Rio de Janeiro, Serv. Graf. do Ministério da Educação e Saúde, 1940. 611p.

CAMPOS, Ernesto de Souza. *Instituições culturais de educação superior*. Rio de Janeiro, Imp. Nacional, 1941. 728p.

CARVALHO, Carlos Leônido de. *O ensino primário e secundário no município da corte e o superior em todo o império*. Rio de Janeiro, Imp. Nacional, 1879. 22p.

CASTELO, Plácido Aderaldo. *História da instrução e da educação do Ceará*. *Revista do Instituto Histórico do Ceará, Fortaleza*, 47 (47) : 52-70. 1943.

CONGRESSO Brasileiro de Instrução Imperial Secundária, 4.^o, setembro e outubro de 1922. *Anais*. Rio de Janeiro, Tip. Rua do Carmo, 1926. 881p.

D'ALESSANDRO, Alexandre. *A Escola Politécnica de S. Paulo; histórias de sua história*. São Paulo, Rev. Tribunais, 1943. 306 p. illus. s. p.

FARIAS, Gelásio de Abreu e MENEZES, Francisco da Conceição. *Memória histórica do ensino secundário oficial na Bahia durante o primeiro século, 1937-1937*. Bahia, Imp. Oficial, 1937. 434p.

FREIRE, Gilberto. *O pai e o filho. Sobrados e mocambos*. Rio de Janeiro, Ed. Nacional, 1935. Cap. 3.^o:87-116. (B.P.B. Brasileira, Série 5, 64).

INSTITUTO Histórico e Geográfico Brasileiro. *Dicionário histórico, geográfico e etnográfico do Brasil*. (comemorativo do primeiro centenário da Independência) Rio de Janeiro, Imp. Nacional, 1922. 2v. 1: 353-357, 373-412, 1024-1026, 1263-1297; 2: 42-44, 138-147, 273-274, 343-344, 495-497, 722-729.

LACERDA, José Cândido Sampaio. *Esbôço histórico sobre a organização dos cursos jurídicos no Brasil (1827-1937)*. Rio de Janeiro, Canton & Relle, 1929. s.p.

LACERDA, Nelson Nogueira de. *A mais antiga escola normal do Brasil 1835-1935: esbôço de história administrativa e episódica, com 30 gravuras fora do texto, e a partitura do hino à E. N. Niterói*. Of. Graf. do Diário Oficial, 1938. 253p.

LAET, Carlos de. *Relatório sobre as atividades do Colégio Pedro II, em 1923*. Rio de Janeiro, Pap. Americana, 1924. 114p.

- LEITE, Serafim, S. J. **História da Companhia de Jesus no Brasil**. Rio de Janeiro, 1938-1950. 10v.
- LIMA, Nestor. **Um século de ensino primário**. Natal, Tip. A República, 1927. 208p.
- LOURENÇO FILHO, M. B. **Tendências da educação Brasileira**. São Paulo, Comp. Melhoramentos, 1940. 164p. (Bib. de Educação, 30).
- MAGALHÃES, Fernando. **O centenário da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, 1932-1932**. Tip. A. P. Bertal, Rio de Janeiro, 1932. 431p.
- MAIOS, Arch. **Um século de ensino**. Vitória, Of. "Vida Capixaba", 1927. 126p.
- MATOS, José Veríssimo Dias de. **A educação nacional**. Pará, Liv. Universal, 1890. 192p.
- MENEZES, José Augusto Bezerra de, **Pela educação nacional**. Rio de Janeiro, *Jornal do Comércio*, 1918. 254p.
- MONTENEGRO, Olívio. **Memórias do Ginásio Pernambucano**. Recife, imp. Oficial, 1943. 313p.
- MOREIRA DE AZEVEDO. **Instrução pública nos tempos coloniais do Brasil**. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro, (55): 141-158, 1892.
- OLIVEIRA, Antônio de Almeida. **O ensino público**. São Luis, M. F. O. Pires, 1874. 472p.
- PELADOLO, Airanio. **Noções de história da educação**. São Paulo, Ed. Nacional, 1933. 282p. (B.P.B. série 3, 5).
- PELADOLO, Afrânio. **O ensino público no Brasil; decepções e esperanças**. **Livro do centenário da independência do Brasil**, Rio de Janeiro, p. 115-126, 1922.
- PIRES DE ALMEIDA. **L'instruction publique au Brésil, 1889** (abrange a Colônia e o Império). Rio de Janeiro, L'Leusinger & Filhos, 1889. 1102p.
- PRIMITIVO MOACIR. **A instrução primária e secundária no município da corte; regencia e na maltridade**. (Sep. Anais do III Congresso de História Nacional, Rio de Janeiro, 5: 505-564, 1942).
- PRIMITIVO MOACIR. **O ensino comum e as primeiras tentativas de sua nacionalização na província do Rio Grande do Sul, 1835 — 1889**. Porto Alegre, Liv. do Globo, s. d. 14p.
- PRIMITIVO MOACIR. **O ensino público no Congresso Nacional** — Rio de Janeiro, Tip. *Jornal do Comércio*, 1916. 206p.
- PRIMITIVO MOACIR. **A instrução e o império: subsídios para a história da educação**. São Paulo, Ed. Nacional, 1936. 3v. (Brasília, 66, 87, 121).
- PRIMITIVO MOACIR. **A instrução e a república**. Rio de Janeiro, Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos, 1942, 7v.
- RÉGO, Oziel Bordeaux. **Estatística da instrução** (primeira parte) Brasil, Dir. Geral de Estatística, 1916, 396p.
- RODRIGUES, Milton. **O Brasil. A educação comparada**, Rio de Janeiro, Ed. Nacional, p. 233-284, 1938.
- SANTOS, Teobaldo. **A educação brasileira. Noções da história da educação**. Rio de Janeiro, Ed. Nacional, p. 483-513, 1952.
- SOUZA, J. B. Melo e. **Estudantes do meu tempo**. Crônicas do antigo Colégio Pedro II; illus. de Juran-dir Pais Leme, Sabola Barbosa. (Sep. do vol. 11 do Anuário do Colégio Pedro II) Rio de Janeiro, 1943, 211p.
- TAVARES BASTOS. **Instrução pública. A província: estudo sobre a descentralização do Brasil**. 2.^a ed. feita sobre a 1.^a de 1870. Rio de Janeiro, Ed. Nacional, 1937. Parte terceira: Interesses provinciais, cap. 1: 215-230. (B. P. B. Brasiliense, série 5, 105).
- TEIXEIRA, Anísio. **Condições para a reconstrução educacional brasileira**. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, Rio de Janeiro, (49): 2-12, 1953.
- VERÍSSIMO, José. **A instrução pública e a imprensa**. Livro do Centenário, Rio de Janeiro, 1: 1900.

Obras sobre a Legislação do ensino

Coleção das Leis Brasileiras, Rio de Janeiro, Imp. Nacional, 1808 — 1952.

Anuários Estatísticos do Ensino, M. E. C.

Abreviaturas usadas na Bibliografia Sumária

B. P. B.	-- Biblioteca Pedagógica Brasileira
Cap.	-- Capítulo
Comp.	-- Companhia
Dir.	-- Diretoria
Ed.	-- Editor — Editora
ed.	-- edição
E. N.	-- Escola Normal
Graf.	-- Gráfico — Gráfica
ilus.	-- ilustrado — ilustração
Imp.	-- Imprensa
Liv.	-- Livraria
M. E. C.	-- Ministério da Educação e Cultura
Of.	-- Oficina
p.	-- páginas
Pap.	-- Papelaria
Rev.	-- Revista
s. d.	-- sem data
S. J.	-- Jesuítas (Sociedade de Jesus)
Sep.	-- Separata
s. p.	-- sem paginação
Tip.	-- tipografia
v.	-- volume

BRINDE

Baltazar Godoi Moreira — S. Paulo.

Arvore amiga e boa, no teu dia
para elevar-te um brinde,
que a minha voz se alinde
num sussurro macio de poesia!

Glória a ti que és virtude e utilidade,
que és encanto, modéstia e formosura,
Glória a ti, verde poema de abundância!
Glória a ti, que és riqueza e que és
bondade,

a ti que és esperança
e és a fartura!

Glória a ti, pelo bem que tu nos fazes,
e por quanta alegria tu nos trazes,
e por quantos favores tu nos prestas,
pelos teus frutos, pelas tuas flôres;
a ti, símbolo verde da harmonia!
A ti versos e músicas e festas
e bênçãos e louvores,
a ti, árvore santa, no teu dia!